

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

SALTO – SP



PREFEITO MUNICIPAL:

José Geraldo Garcia

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO:

Fernanda Cristina de Almeida Barbutto

CHEFE DE GABINETE:

Eliana Aparecida Martins de Medeiros

DIRETORA DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO:

Marília de Arruda Marcom Conral

EQUIPE DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO:

Ana Maria Ribeiro

Carla Helena Brito

Dorival Cecílio da Silva

Eliana Maria Alves Queirantes

Elisângela dos Santos Silva

Elizângela Aparecida Tortoriello

Elza Cristina Alves

Érica Barboza de Moura

Márcia Paes de Camargo Moraes

Niusa Regina Dainese Varela

Thaís de Souza Ribeiro Pierin

Vilma Aparecida Messias

Wladimir Tadeu Zotti

SALTO-SP

SUMÁRIO

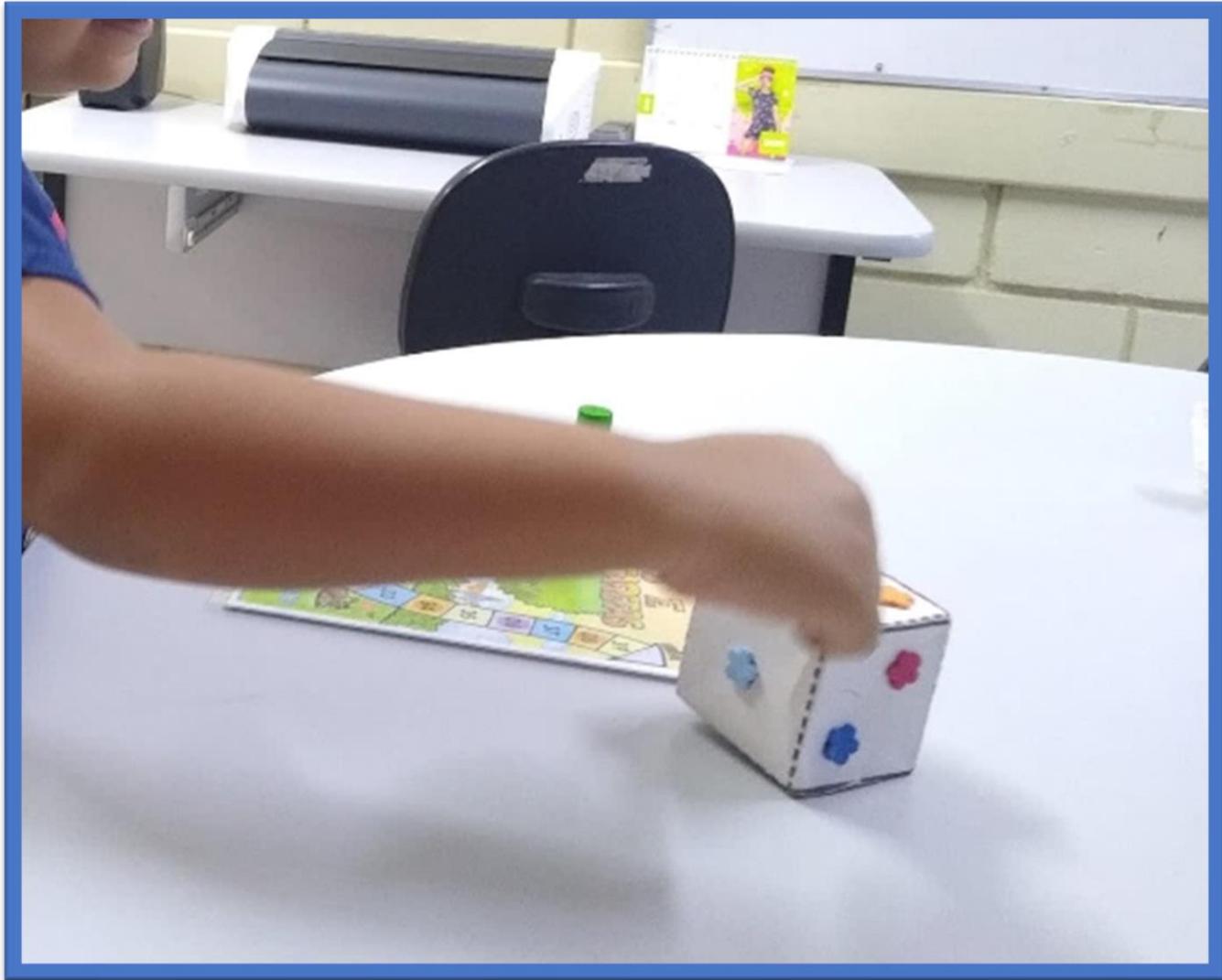
INTRODUÇÃO	9
A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SALTO	12
CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	14
DEFICIÊNCIAS	16
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	16
DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS	17
DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.....	20
DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	20
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO	21
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	21
PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	22
AÇÕES DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AÇÕES INTERDISCIPLINARES	25
AEE EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	25
CAPACITAÇÃO DOCENTE	28
PAEE	29
TRABALHO COLABORATIVO	31
COENSINO	33
ATENDIMENTO DOMICILIAR	35
ADAPTAÇÃO CURRICULAR	37
CLASSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EXCLUSIVA	39
AÇÕES VIABILIZADORAS DO PROFESSOR NA CLASSE COMUM DE ENSINO	45

EDUCAÇÃO INCLUSIVA	45
PEI	46
SEMANÁRIO	47
ORIENTAÇÕES PARA AS AVALIAÇÕES, NOTAS E APROVAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	47
EQUIPE DE APOIO AO PROCESSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	49
PROFISSIONAL DE APOIO/ PROFESSOR AUXILIAR/ ESTAGIÁRIO	49
INTÉRPRETE DE LIBRAS	50
INTÉRPRETE DE BRAILLE	50
SERVIÇOS DE APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALTO	52
UAEE	52
PSICOLOGIA ESCOLAR	52
PSICOPEDAGOGIA	55
SERVIÇO SOCIAL	58
EQUIPE TERAPÊUTICA	61
FONAUDIOLOGIA	63
PSICÓLOGIA CLÍNICA	64
TERAPEUTA OCUPACIONAL	64
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	65
SIGLAS	66
IMAGENS	68
AGRADECIMENTOS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

A Escola e os Cactos

Então, finalmente chegou o dia em que a escola buscou permitir que os cactos fossem cactos. Tentou parar de projetar jardins que seriam ideais e infalíveis para cactos e rosas. Tentou parar de regular, medir e ordenar exaustivamente o jardim. Rasgou seus velhos mapas que a guiavam nas mesmas viagens há séculos e arriscou, com cautela, viver alguma novidade. E, até onde sei, lá está à escola, cheia de espécies de cactos e rosas, ambos com sua beleza e com seus espinhos. De tempos em tempos, surge mais uma espécie. A escola, por vezes se assombra, mas continua....

(Autor desconhecido)



APRESENTAÇÃO

As Diretrizes da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura da Estância Turística de Salto aqui apresentada, tem como objetivo organizar os serviços de Educação Especial, de acordo com as normas que regulamentam as ações no âmbito da área adequando-as à realidade do município, do ensino e da sociedade em constante transformação.

Por meio de uma ação integrada e articulada do Departamento Pedagógico e da Secretaria Municipal de Educação, o intuito deste documento é o de orientar e direcionar o processo de ensino-aprendizagem em todos os seus níveis; dando assim, subsídios aos profissionais da Educação para suas práticas pedagógicas e educativas.

Este documento constitui-se em material base que deverá ser suporte e parte norteadora de todos os processos educativos da rede. A Diretriz aqui apresentada foi elaborada através de um processo de estudo e dedicação de toda a equipe do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, incluindo a participação dos professores especialistas da Educação Especial da Rede Municipal e equipe interdisciplinar da UAEE com reflexões e contribuições na elaboração do documento.

As orientações constantes neste documento resultaram no empenho da Secretaria Municipal da Educação, da equipe que coordenou os trabalhos e de uma comprometida participação dos profissionais envolvidos em manter, ampliar, assegurar e consolidar a tão desejada qualidade na Educação Municipal da cidade de Salto, que sempre priorizou uma gestão educacional democrática e participativa, a fim de atingir as metas propostas em nosso Plano Municipal da Educação e o engajamento por uma escola para todos.

Com o desejo de estarmos dando um grande passo rumo à construção de uma Educação qualitativa para a Rede Municipal de Salto, entregamos este documento com o objetivo comum de trazer à nossa rede, aos nossos professores e aos nossos estudantes, ferramentas para que se construa uma nova e importante etapa da história rumo à um crescimento e uma qualidade expressiva na Educação Especial e essenciais atitudes para a formação de uma cidadania sólida de nossas crianças e adolescentes.

Assim, temos a certeza de que estaremos transformando atitudes em ações, teorias em prática e principalmente, sonhos em realidade.

Fernanda Crística de Almeida Barbutto

Secretária Municipal da Educação
Prefeitura da Estância Turística de Salto

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal da Educação da Estância Turística de Salto ao elaborar as Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva, pretende delinear as ações desenvolvidas no âmbito educacional aos estudantes com necessidades educativas especiais considerando suas peculiaridades bem como sua participação na escola regular.

Historicamente a Educação Especial passou por significativas transformações ao longo dos anos. Até a década passada era muito comum encaminhar todos os estudantes público alvo da Educação Especial para as escolas especiais ou classes especiais, por considerar, dentro de uma visão do modelo médico que nesses ambientes diferenciados teriam melhores condições para desenvolver a aprendizagem.

Com a ruptura desse paradigma, o movimento por uma educação inclusiva apontou como uma nova narrativa para esses contextos escolares trazendo em seu pensar filosófico uma visão humanista e social, onde o sujeito é o protagonista para as transformações da sociedade e que também compreende o espaço escolar e as dinâmicas relacionais que se produzem nela como um agente de transformação social, assim a escola regular passou a ser pensada como um ambiente para todos.

Em outras palavras, quando se oportuniza que estudantes com deficiências participem do mesmo espaço educativo que os demais, todos ganham. O estudante público alvo da Educação Especial, ao ser incentivado com modelos de aprendizagem dentro dos marcos do desenvolvimento ganha a oportunidade de ser estimulado de maneira mais ampla a fim de melhorar e/ou desenvolver suas habilidades pessoais, e por outro lado, o estudante que apresenta desenvolvimento típico tem a oportunidade de conviver, refletir e entender na prática que a sociedade é composta por diferentes perfis de pessoas, é estimulado a desenvolver a empatia, a aceitação das diferenças, a solidariedade e o cooperativismo para com todos.



A história da Educação Especial é compreendida em quatro diferentes períodos que se correlacionam em sua essência com os pensamentos culturais, filosóficos, sociológicos e científicos vigentes em diferentes tipos de sociedade ao longo do desenvolvimento da humanidade. A saber, são considerados períodos da Educação Especial: a Exclusão, a Segregação, a Integração e a Inclusão.

Em cada período, a pessoa com deficiência representou um papel distinto dentro da sociedade, sendo que somente no período da Integração é dado à pessoa com deficiência o reconhecimento de sua capacidade e o direito de receber uma educação acadêmica. Nesse período, mesmo que de forma segregada, a pessoa com deficiência passou a frequentar uma escola, no caso uma escola especializada que fosse capaz de suprir suas necessidades específicas e garantir o seu aprendizado.

Porém, nem a escola especializada e nem as classes especiais foram capazes de garantir o aprendizado acadêmico para todos os estudantes público alvo da Educação Especial em igualdade ao que era ofertado aos demais nas escolas regulares. A segregação também fracassou quando não conseguiu atender as demandas de todos na Educação Especial, além de trazer um agravante, que era a exclusão para a participação em sociedade. Em teoria, a responsabilidade era toda da pessoa com deficiência e conseqüentemente o fracasso também; mas, a prática ao longo de décadas demonstrou que a sociedade não pode normatizar as pessoas e subjugar suas especificidades, produzindo espaços segregatórios e sentenças de vida, na qual a mudança dependia exclusivamente da pessoa com deficiência.

No atual período da história da Educação, a Inclusão, agora já se tem claro que não é o estudante com deficiência que tem que se adequar a escola regular, e sim, a escola que necessita garantir as condições de acesso, permanência, participação e aprendizado de todos e para isso deve conhecer, respeitar e trabalhar frente as necessidades específicas de cada um.

Em 2008, com a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Ensino Regular passa definitivamente a ser o espaço de aprendizagem dos estudantes público alvo da Educação Especial, sendo que a Educação Especial é compreendida neste enfoque como uma modalidade que perpassa por todos os níveis da Educação.

Assim, suas ações perpassam todas as áreas do conhecimento, atribuindo-lhe sentido e significado, à medida que visa complementar ou suplementar as atividades curriculares inerentes na formação do estudante de maneira integral, numa perspectiva de educação inclusiva abrangente, suscetível e flexível; de modo que possa contemplar todas as habilidades e competências necessárias para a formação do indivíduo como um todo.

A Secretaria Municipal da Educação de Salto busca desenvolver ações para que o estudante público alvo da Educação Especial atue nesse contexto de maneira objetiva, como sujeito integrante do ambiente em que vive; sendo também, seu agente transformador.

Para estes, é garantido à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais, com a implantação de salas de recursos multifuncionais e com professores capacitados para a docência nesta área.

E aos estudantes que apresentam necessidades educativas especiais e não se constituem como público alvo da Educação Especial, ações também são ofertadas pela equipe interdisciplinar da UAEE (Unidade de Atendimento Educacional Especializado), no sentido de identificação das necessidades, intervenções diversas aos estudantes e/ou famílias e encaminhamentos para outras áreas, trabalhando para oferecer condições de aprendizagem e desenvolvimento pedagógico, respeitando a singularidade de cada um.

As Diretrizes da Educação Especial e Inclusiva apontam os caminhos e as ações para que o processo inclusivo seja desenvolvido e a escola seja um local para todos, contando com diferentes áreas profissionais que transitam entre as Unidades Escolares, a UAEE e dialogam entre si.



A EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SALTO

Com o intuito de promover um atendimento pedagógico em condições de igualdade, equidade e diversidade a todos os estudantes matriculados nas escolas municipais, ações estão sendo desenvolvidas ao longo da última década na construção de um serviço de apoio a escolarização e atendimento aos estudantes público alvo da Educação Especial e com necessidades educativas especiais, que em número cada vez mais crescente, estão participando da escolarização pública municipal.

Dentro desta perspectiva surge, em meados do ano de 2008, a UAEE – Unidade de Atendimento Educacional Especializado.

Na UAEE concentra-se o trabalho da Educação Especial, não como uma modalidade de ensino, mas como um serviço de apoio à educação, que complementa o processo de escolarização com atendimentos em diferentes áreas, garantindo a todos, o direito de frequentarem uma escola regular independentemente de quaisquer condições.

Pactuando com os pensamentos de uma política de Educação Inclusiva, a área da Educação, em 2009, iniciou a implantação do Atendimento Educacional Especializado, seguindo as diretrizes e normativas da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a abertura de salas de recursos multifuncionais (S.R.M.) nos CEMUS – Centro de Ensino Municipal de Salto; sendo: sete com o tipo I e três com o tipo II, e onde é desenvolvido o Atendimento Educacional Especializado – (A.E.E.) da Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto.

Para atender a filosofia da inclusão dos estudantes numa perspectiva pedagógica de desenvolvimento a que todos fazem jus, os serviços da Educação Especial visam, desde então, oferecer um atendimento que possa complementar ou suplementar a educação no ensino regular, sem perder sua magnitude e nem caracterizando a inclusão como um conceito apenas de cunho social.



Atualmente, para atender a demanda das escolas municipais, a Educação conta com professores especializados, que desenvolvem a docência nas salas de recursos multifuncionais.

As salas de recursos multifuncionais, estão localizadas nos CEMUS que possuem demanda considerável de estudantes público alvo da Educação Especial; onde os professores especialistas atuam promovendo o Atendimento Educacional Especializado e oferecendo ao professor da classe comum subsídios para seu trabalho docente, atuando de maneira colaborativa.

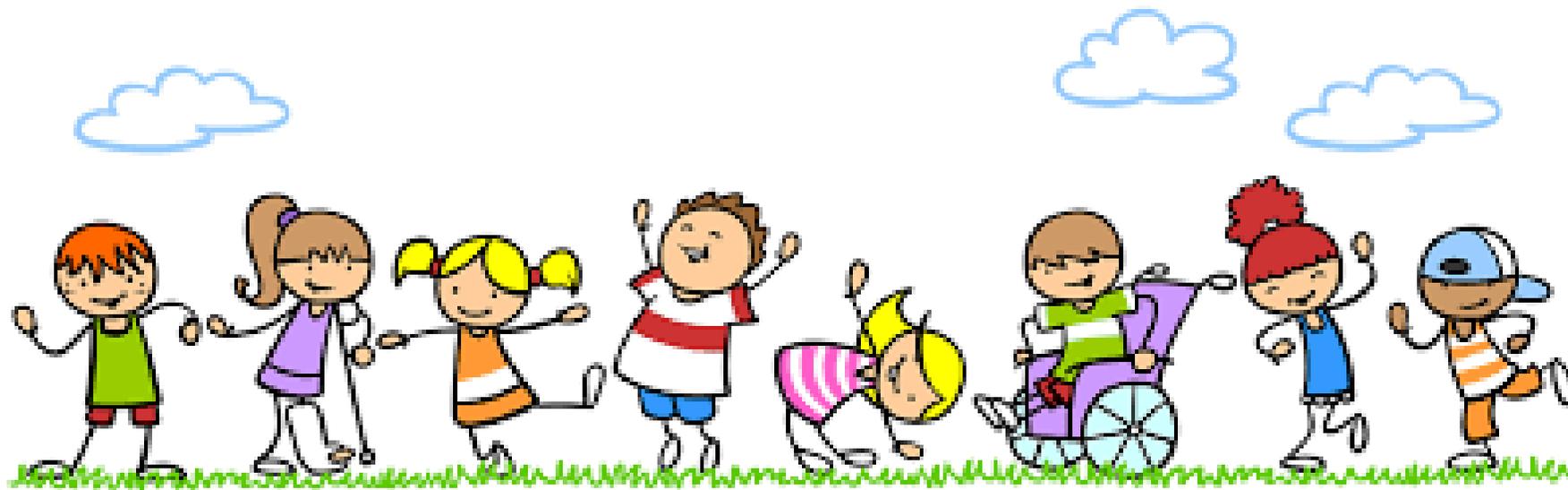
Através da UAEE são ofertados os serviços de apoio nas áreas de Educação, Saúde e Serviço Social com a oferta de profissionais de Fonoaudiologia, Psicologia Escolar, Psicologia Clínica, Psicopedagogia Clínica, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Os psicopedagogos, psicólogos escolares e assistentes sociais oferecem atendimentos individualizados nos CEMUS e na UAEE, de acordo com a necessidade dos estudantes e/ou família.

Já o psicólogo clínico, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional atuam especificamente na sede da UAEE, com intervenções terapêuticas para a estimulação global de todos os atendidos, visando contribuir para que tenham melhores condições para desenvolver seu aprendizado; sendo que realizam visitas e orientações nos CEMUS quando necessário.



CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva caracteriza como público alvo da Educação Especial estudantes com: Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, relatando a importância de se oferecer Atendimento Educacional Especializado e de qualidade em classes e escolas regulares inclusivas, devendo ser assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional de todos.

Também considerando as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009), instituída com base na Constituição Federal de 1988 e no Decreto Federal 7.611/2011, o público alvo para o Atendimento Educacional Especializado é:

- Estudantes com deficiência: Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Portanto, são os estudantes com deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência física, surdocegueira e deficiência múltipla. (Lei 13.146/2015)
- Estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento: Aqueles que apresentam deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal, usada para interação social; ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados, interesses restritos e fixos. (Lei 12.764/2012)
- Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação: Aqueles que apresentam desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares, sendo as áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artística e outras.



DEFICIÊNCIAS

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Segundo a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD, deficiência intelectual/mental é a “incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade” (AAMR, 2006, p. 20).

A AAIDD ressalta que outros fatores devem ser considerados na definição e avaliação da deficiência intelectual, como o ambiente e a cultura onde o indivíduo está inserido, a diversidade linguística e as diferenças na forma como as pessoas se comunicam e se comportam.

Essas limitações podem estar associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- Comunicação;
- Cuidado Pessoal;
- Habilidades Sociais;
- Utilização dos recursos da comunidade;
- Saúde e Segurança;
- Habilidades Acadêmicas;
- Lazer; e
- Trabalho.



Esse conceito abrange as habilidades em cinco dimensões principais:

- Dimensão I: Habilidades Intelectuais;
- Dimensão II: Comportamento Adaptativo;
- Dimensão III: Participação, Interações e Papéis Sociais;
- Dimensão IV: Saúde;
- Dimensão V: Contexto.

As habilidades intelectuais referem-se à inteligência, compreendida como uma habilidade mental geral, cuja aplicação dá-se por meio do raciocínio, do planejamento, da resolução de problemas, do pensamento abstrato, da compreensão de ideias complexas e da aprendizagem rápida, baseadas nas experiências da própria pessoa; porém, só uma limitação nas habilidades intelectuais não é fator que determina a deficiência intelectual, faz-se necessário haver limitações em duas ou mais dimensões adaptativas, além do rebaixamento cognitivo.

DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS

Deficiência Auditiva/Surdez

O Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004, estabelece como deficiência auditiva a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz”. Consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo.

Dessa forma, podemos caracterizar uma pessoa como surda quando tem total ausência da audição, ou seja, quando não é capaz de ouvir nada.



Entre os tipos de deficiência auditiva estão a condutiva, neurossensorial e mista.

Na deficiência auditiva condutiva ocorre interferência na condução do som desde o conduto auditivo externo até a orelha interna. Já a neurossensorial ocorre quando há uma impossibilidade de recepção por lesão na orelha interna ou no nervo auditivo. E a deficiência mista ocorre quando há ambas as perdas, condutiva e neurossensorial.

Pessoa com surdez leve – apresenta perda auditiva até 40 decibéis, essa perda impede que a pessoa perceba igualmente todos os fonemas das palavras, sendo que a voz fraca ou distante não é ouvida.

Pessoa com surdez moderada – apresenta perda auditiva em torno de quarenta e setenta decibéis, apresentando dificuldades sonoras para a percepção da palavra, sendo desfavorável ambientes ruidosos.

Pessoa com surdez severa – apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Identifica alguns ruídos fortes e familiares.

Pessoa com surdez profunda – apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. Não é capaz de identificar a voz humana.

Deficiência Visual

A deficiência visual refere-se a uma situação de perda total da visão – denominada cegueira – ou a um quadro de baixa visão. Pode-se, portanto, conceituá-la de acordo com o Decreto Federal 5.296 de 2004 como:

Deficiência Visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Baixa Visão - acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Na Cegueira há uma ausência total da visão e na Baixa Visão pode acontecer prejuízos variados, desde a percepção de luz a graus diferentes de visão.



Surdocegueira

A surdocegueira é uma deficiência única caracterizada pelo prejuízo de dois sentidos, a visão e audição simultaneamente e em graus de perda diferentes. Não se trata de uma pessoa surda que não pode ver e nem de uma cega que não pode ouvir, isto é, a surdocegueira não consiste na somatória das duas deficiências, e sim no conjunto das limitações sensoriais (auditiva e visual) podendo não haver a perda total dos dois sentidos.

De acordo com Cader-Nascimento & Costa (2005) essa combinação pode acarretar sérios problemas de comunicação, mobilidade, informação e conseqüentemente, a necessidade de estimulação e atendimentos educacionais específicos.

Para McInnes (1999), a surdocegueira está subdividida em quatro categorias;

- Indivíduos que eram cegos e se tornaram surdos.
- Indivíduos que eram surdos e se tornaram cegos.
- Indivíduos que se tornaram surdocegos;
- Indivíduos que nasceram ou adquiriram surdocegueira precocemente, ou seja, não tiveram a oportunidade de desenvolver linguagem, habilidades comunicativas ou cognitivas nem base conceitual sobre a qual possam construir uma compreensão de mundo.

Para esse autor, muitos indivíduos com surdocegueira congênita ou que adquiriram precocemente têm deficiências associadas como: físicas e intelectuais.



DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

De acordo com o Ministério da Educação, em sua coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar define as pessoas com deficiência múltipla como “aquelas que tem mais de uma deficiência associada” (pág. 10), sendo uma condição heterogênea específica de cada pessoa, com graus variados e que afeta a funcionalidade e a interação com o meio.

Em Saberes e práticas da Inclusão (MEC/pág. 11) aponta que o termo deficiência múltipla, tem sido utilizado com frequência para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, podendo ser de ordem física, sensorial e/ou intelectual. Entretanto, conforme documentos orientadores nacionais, a caracterização do estudante com deficiência múltipla não se dará apenas em decorrência da somatória aleatória de suas deficiências, mas da observação quanto ao grau de implicação dessas deficiências para a pessoa. Nesse sentido, o nível de comprometimento e as possibilidades funcionais da pessoa, de sua comunicação, de sua interação social e de aprendizagem é que determinam suas necessidades de apoio, que podem ser pervasivas, extensivas, limitadas ou intermitentes.



DEFICIÊNCIA FÍSICA



Segundo o artigo 4º, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a deficiência física é definida como: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física e apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidades congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Assim, compreende-se a deficiência física como aquela caracterizada pelo comprometimento de condições motoras que acometem algumas pessoas de forma a comprometer-lhes a mobilidade e sua coordenação motora global. Geralmente essas implicações são consequentes de lesões neurológicas,

neuromusculares, ortopédicas, reumáticas ou má formação de natureza congênita. Conforme documentos orientadores nacionais (MEC, 2004), a deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis.

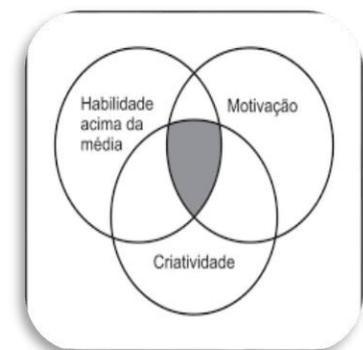
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO



Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-V), os Transtornos Globais do Desenvolvimento, denominados atualmente por Transtorno de Espectro Autista – TEA, caracterizam-se por um comprometimento que varia de grau leve, moderado e severo em três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social e recíproca, habilidades de comunicação e estereotípias sendo que essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

No que se refere à definição oficial, o Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, ao lançar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, considera estudantes com altas habilidades/superdotação aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, isoladas ou combinadas, além de potencial criativo, envolvimento na aprendizagem e na realização de tarefas em áreas de seu interesse.



PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – CNE/CEB nº 4/2009, a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa por todas as demais modalidades, atendendo estudantes público alvo da Educação Especial desde a Educação Infantil até o Ensino Superior com a realização do Atendimento Educacional Especializado, disponibilizando ferramentas próprias desse atendimento e orientações aos estudantes e seus professores quanto a sua utilização na classe comum e fora do espaço escolar.

Para o professor atuar no AEE, ele deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência através de um curso de licenciatura e formação específica na Educação Especial, inicial ou continuada com cursos de capacitação e/ou especialização na área.

Nos termos desta resolução, são aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais específicas e para definir, implantar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, de adaptação curricular, de procedimentos didáticos pedagógicos e de práticas alternativas, adequadas aos seus atendimentos; bem como capacidade para trabalhar em equipe, assistindo ao professor da classe comum nas práticas necessárias à promoção da inclusão dos estudantes público alvo da Educação Especial.

Esse documento define também as seguintes atribuições para o professor do Atendimento Educacional Especializado:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial.
- Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.



- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais.
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na classe comum do Ensino Regular, bem como em outros ambientes da escola.
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade.
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante.
- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação.
- Estabelecer articulação com os professores da classe comum, visando à disponibilização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.
- Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

A qualificação profissional do professor, não é fator único de sua competência para atuar com estudantes público alvo da Educação Especial, sendo necessário que disponha também de qualidades humanas e de constante aprimoramento profissional que o capacite para essa atuação. Podendo ser elencados alguns desses atributos:

- Engajamento com a causa da educação inclusiva, reconhecendo em todos os estudantes o potencial para a aprendizagem e desenvolvimento.
- Ações flexibilizadoras no ambiente escolar para a promoção da equidade.
- Conhecimento sobre as características do público alvo da Educação Especial.
- Bom relacionamento interpessoal.

- Conhecimento genérico sobre as diferentes formas de atuação junto ao público alvo da Educação Especial, com prévio conhecimento das técnicas específicas. (Libras, Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade, Comunicação Alternativa e Aumentativa, Tecnologia Assistiva, Adequação de Mobiliários e outros).
- Atuação colaborativa junto aos demais professores e equipe escolar, com orientações e auxílio técnico para o desenvolvimento das atividades escolares por todos os estudantes.
- Proatividade, interação e articulação com a equipe escolar e demais equipes que assistem os estudantes público alvo da Educação Especial.
- Criatividade e produtividade de materiais alternativos.
- Conhecimentos e habilidades para adaptações curriculares.
- Conhecimentos das habilidades e competências escolares.
- Disponibilidade para capacitação profissional contínua.

São inúmeras as características para um bom desenvolvimento profissional na Educação Especial, sendo essas citadas fundamentais para que a docência seja exercida com qualidade e afinco, uma vez que os professores que atuam com os estudantes, se veem em algumas situações diante de dificuldades escolares e circunstâncias limitantes no ambiente escolar.

O professor com interesse em atuar na Educação Especial Inclusiva da Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto deverá, além de possuir a qualificação profissional e as qualidades humanas, apresentar projeto conforme instrução da Secretaria Municipal da Educação e submeter-se à entrevista com Supervisor de Ensino, Diretor do Departamento Pedagógico e Professor/Formador da Educação Especial. O profissional habilitado receberá capacitação em serviço, por meio de orientação, observação e participação junto a uma sala de recursos multifuncionais. O período e as estratégias para a capacitação em serviço serão definidos pela unidade de gestão central responsável pela Educação Especial no município.

Acrescenta-se, ainda, que esse profissional deverá ser avaliado anualmente pela Direção das unidades escolares (CEMUS) em que o professor atua na sala de recursos multifuncionais, pela Supervisão de Ensino, Diretor do Departamento Pedagógico e Professor/Formador da Educação Especial.

AÇÕES DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AÇÕES INTERDISCIPLINARES

AEE EM SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

As salas de recursos multifuncionais são ambientes compostos de equipamentos, inclusive com tecnologias assistivas, mobiliários específicos e adaptados e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Sua denominação se caracteriza por referência as inúmeras utilidades desse espaço, que é destinado para um público específico, porém, diverso em suas necessidades.

É composta por diferentes materiais voltados para o trabalho específico com as deficiências, TEA e altas habilidades/superdotação, sendo que existem dois tipos de sala de recursos multifuncionais. As salas de recursos multifuncionais tipo II, recebem os mesmos materiais da sala tipo I acrescido dos materiais específicos destinados aos estudantes com deficiência visual.

As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização e não podendo ser consideradas como um reforço escolar, é um espaço para a oferta de atividades de complementação ou suplementação tão fundamental para o pleno desenvolvimento do estudante que é regulamentada por leis.

Trata-se de um serviço complementar para os estudantes com deficiências e TEA e suplementar para os estudantes com altas habilidades/superdotação em seu processo de escolarização. As atividades desenvolvidas nesse espaço, têm por objetivo estimular e desenvolver a autonomia e independência dos atendidos na escola e fora dela.

O Atendimento Educacional Especializado é uma oferta obrigatória pelas escolas de Ensino Regular, mas a sua participação é facultativa aos responsáveis dos estudantes, deve ser realizado no contraturno das aulas regulares, preferencialmente na mesma escola e em salas de recursos multifuncionais (SRM)¹ ².

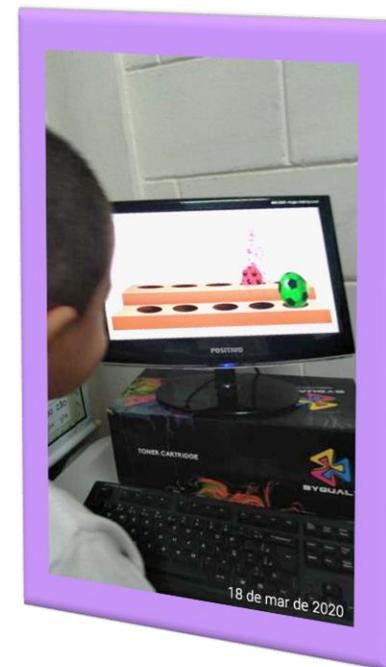
O professor de forma criativa e inovadora deve buscar atividades e recursos que estimulem o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes nas áreas em que eles encontram maiores dificuldades.

Então, o professor do AEE, dependendo da necessidade de seus estudantes, organizará atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção da aprendizagem. Cabe a este professor avaliar, definir metas, construir cronograma de atendimentos verificando a necessidade de um ou mais atendimentos semanais e seu tempo de duração, planejar e desenvolver atividades específicas para o desenvolvimento das habilidades e competências e ofertar recursos que contribuam para a sua acessibilidade no ambiente escolar e na vida cotidiana.

O AEE visa o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras e comunicacionais dos estudantes considerando suas singularidades. Através dele se identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação no ambiente escolar, no processo de aprendizagem e na vida prática como um todo.

Com a oferta do Atendimento Educacional Especializado podem ser disponibilizadas ações que promovam a equidade através do enriquecimento curricular, do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, da oferta de recursos de tecnologia assistiva e outras.

São exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas pelos professores da SRM conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:



¹ SRM generalista são salas para o Atendimento Educacional Especializado atendendo a todos os tipos de estudante público alvo da Educação Especial.

² SRM específicas são salas para o Atendimento Educacional Especializado para um único perfil de estudante público alvo da Educação Especial.

- Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ensino da língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita: através da educação bilingue desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, serviços de tradutor/intérprete de Libras e o ensino de Libras para os demais estudantes da escola. O Atendimento Educacional Especializado deve ser ofertado tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais.
- Ensino do Sistema Braille: através de estratégias metodológicas para que o estudante consiga aprender a fazer uso desse sistema tátil de leitura e escrita.
- Uso das técnicas de cálculo no Soroban: através de estratégias metodológicas que desenvolvam o domínio das habilidades mentais e do raciocínio lógico com a utilização de um recurso tátil.
- Ensino das técnicas de orientação e mobilidade: através do ensino de técnicas e desenvolvimento de ações que permitam a ampliação da autonomia do estudante para sua orientação e mobilidade em seu deslocamento no espaço escolar e fora dele.
- Ensino do uso de recursos ópticos³ e não ópticos⁴ para estudantes com baixa visão: através de estratégias que promovam a acessibilidade nas atividades de leitura e escrita.
- Utilização de estratégias para o desenvolvimento de processos mentais: através da organização de atividades que favoreçam o desenvolvimento dos processos cognitivos da aprendizagem.
- Uso de tecnologia assistiva: através da utilização de recursos variados que promovam a autonomia no ambiente escolar e fora dele.
- Uso da comunicação alternativa e aumentativa (CAA): através do desenvolvimento de um código alternativo de comunicação não verbal.
- Uso de enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades/superdotação: através de estratégias metodológicas de aprofundamento das diversas áreas do conhecimento.
- Produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos: através da construção de materiais alternativos para o desenvolvimento de habilidades e competências variadas.

³ Recursos ópticos: São recursos que possibilitam a ampliação de imagem e a visualização de objetos.

⁴ Recursos não ópticos: Referem-se às mudanças relacionadas ao ambiente, ao mobiliário, a iluminação.

- Atividades de vida autônoma: através do desenvolvimento de atividades funcionais do cotidiano, estimulando a independência e autonomia nos espaços escolares e fora dele.

No AEE, evidentemente, o trabalho do professor dependerá da necessidade de seus estudantes. O professor do AEE deve pensar caso a caso qual a melhor forma de trabalhar com a singularidade e necessidades de cada um e quais os recursos a serem utilizados para o desenvolvimento de habilidades e a construção de aprendizagens.

Em virtude do AEE ser complementar e/ou suplementar ao Ensino Regular é imprescindível que esteja articulado com as propostas pedagógicas do ensino comum, sendo assim, deve constar no Projeto Político Pedagógico da escola, lembrando que as ações para a Educação Especial devem ser de toda a escola e não apenas ações isoladas do professor especializado.



CAPACITAÇÃO DOCENTE

A Educação Especial vem passando por uma transformação filosófica e prática nas últimas décadas. O professor especialista dentro do modelo médico era o profissional responsável pela educação dos estudantes em classes ou escolas especiais em uma modalidade que caminhava a parte das demais.

Com as transformações na legislação, fortemente endossadas pelo Brasil como um país signatário para uma Escola para todos; a Educação Especial vem se reformulando e colaborando para que as escolas brasileiras sejam espaços inclusivos.

O professor que antes atuava como um regente, hoje é um colaborador aos demais professores contribuindo com seus conhecimentos específicos. No lugar de uma sala de aula, o professor especialista atua na sala de recursos multifuncionais, desenvolvendo o Atendimento Educacional Especializado, sua atuação dentro do paradigma da Inclusão é completamente diferente e deve abdicar de um pensamento com enfoque no modelo médico para atuar no modelo social.

Com essa profunda transformação na atuação é necessário que a capacitação contínua seja disponibilizada. O professor especialista necessita apropriar-se do seu novo papel ampliando seus conhecimentos específicos e suas formas de atuação. Essa capacitação está prevista nos diversos documentos sobre o Atendimento Educacional Especializado.

PAEE

O Plano de Atendimento Educacional Especializado, o qual é denominado na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto como PAEE, é um instrumento norteador para a atuação do professor da Educação Especial. Através dele o professor do Atendimento Educacional Especializado organiza suas metas e procedimentos para a atuação educacional especializada, é um planejamento individualizado no qual deverá ser descrito os objetivos e as estratégias a serem disponibilizadas para cada estudante. Neste momento o professor especializado deverá detectar quais as necessidades, os recursos adequados e os conhecimentos específicos na área da Educação Especial que serão apropriados para o Atendimento Educacional Especializado e para o Trabalho Colaborativo, sempre considerando a realidade escolar e a especificidade de cada um.



O Plano de Atendimento Educacional Especializado é o planejamento das intervenções a serem desenvolvidas durante o atendimento em sala de recursos multifuncionais, no contraturno ao da escolarização do discente.

O professor especialista, após o momento de sondagem e avaliação inicial das necessidades de cada estudante começa sua produção escrita sobre suas intenções de trabalho para cada um que irá atender, sendo que a primeira conclusão do PAEE deve ser feita no primeiro mês de trabalho letivo, havendo um momento agendado para a revisão no início do segundo semestre.

Porém, por ser este um documento de uso contínuo e reflexivo, pode ser necessário que o professor tenha que redigir novamente e a qualquer momento o documento, fazendo alguns ajustes ou até mesmo uma nova construção, tendo em

vista que se aprofunda nas reais necessidades de cada estudante, ou por verificar que as metas foram atingidas antes do período estabelecido.

Quando um professor se dispõe a planejar suas ações fazendo-a de forma registrada, fica estabelecido um caminho a ser percorrido, que se consolida com a aplicação das atividades durante o Atendimento Educacional Especializado e a participação ativa de cada estudante.

Assim, PAEE e atividades ofertadas no AEE estão intencionalmente relacionadas. No PAEE o professor especialista define as necessidades que serão trabalhadas e pelo desenvolvimento das atividades verifica o nível de desenvolvimento atingido.

A organização do AEE considera as especificidades de cada participante. Pode ocorrer de estudantes com a mesma deficiência necessitarem de atendimentos diferenciados, por isso, não foi definido uma regra única para a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

O tipo de atendimento a ser organizado para cada estudante, o período e a frequência de cada atendimento, bem como os recursos e serviços a serem ofertados, devem ser definidos tomando como referência a subjetividade de cada um e os objetivos traçados no PAEE. Há estudantes que frequentarão o AEE mais de uma vez na semana e outros, apenas uma vez, não há uma documentação específica de quantos atendimentos serão necessários, portanto, o olhar investigativo do professor especializado, fará o diferencial para definir o que se espera alcançar com cada estudante.

Um PAEE completo deve contar com o envolvimento de diversos profissionais que atuam com o estudante, através de um trabalho em equipe que deve receber contribuições do professor do AEE, professor regente da sala regular, professores de áreas específicas, gestão escolar, profissionais de apoio, profissionais externos à escola e familiares, visando contribuir, de maneira primordial para que cada estudante atendido possa desenvolver suas habilidades e competências, nos aspectos cognitivos, psicomotor, social, linguagem, comportamento e autonomia de vida.



TRABALHO COLABORATIVO

O Trabalho colaborativo é um dos serviços prestados pelo professor especialista para que as ações no ambiente escolar atinjam a finalidade de serem inclusivas. É através do trabalho colaborativo que todos os profissionais da educação recebem capacitação individualizada para a atuação com o estudante público alvo da Educação Especial.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008), entre as diversas atribuições dos professores do AEE, estão:

- Estabelecer articulação com os professores da classe comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares.
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante.
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na classe comum do Ensino Regular, bem como em outros ambientes da escola.

Por uma questão de organização da oferta do Atendimento Educacional Especializado, que deve ser realizado no período de contraturno, o trabalho colaborativo desenvolvido não será referente aos mesmos estudantes público alvo da Educação Especial atendidos pelo professor especialista no AEE. Assim, esse professor acaba por conhecer todos os estudantes público alvo da Educação Especial da escola em que atua, seja desenvolvendo o AEE para os que estudam na classe comum no período inverso, ou seja, pela atuação colaborativa junto aos demais professores e equipe escolar com os que frequentam a classe comum em seu turno de atuação docente.

Esse trabalho colaborativo, visa capacitar os demais profissionais da escola para que aprendam aspectos específicos da área da Educação Especial e que são fundamentais na utilização com os estudantes público alvo da Educação Especial, garantindo condições para seu pleno desenvolvimento acadêmico, social, linguístico, físico e visual.

Podemos citar como forma de uma capacitação individualizada acadêmica quando o professor especialista orienta o professor da classe comum sobre as intervenções que podem ser realizadas com o estudante público alvo da Educação Especial, ou sobre a adaptação curricular necessária, que pode ser desde pequenos ajustes na estrutura das atividades pedagógicas, objetivos, metodologias, estratégias e temporalidade, ou sobre os processos e formas avaliativas do desenvolvimento pedagógico e funcional. É fundamental que o diálogo seja constante e o professor da classe comum, seja orientado sistematicamente para que esse tenha condições de planejar, produzir e desenvolver atividades pertinentes ao seu estudante público alvo da Educação Especial e de forma organizada, ter condições de traçar metas, desenvolver ações específicas e avaliar de forma reflexiva os avanços no desenvolvimento.



O trabalho colaborativo com o intuito de capacitar os demais profissionais da escola com relação à área linguística, está relacionado a utilizado de LIBRAS e Comunicação Alternativa ou Aumentativa, uma vez que essas não são áreas estudadas em cursos de licenciatura e conseqüentemente, o professor da classe comum pode apresentar receios ou desconhecimento de como deve trabalhar com essas ferramentas linguísticas.

Para estudantes público alvo da Educação Especial que necessitam de recursos materiais de tecnologias assistivas, máquina Braille, Soroban e outros, o professor especializado deve orientar o professor da sala comum, profissionais da escola e se for o caso, familiares, com relação aos benefícios na utilização desses recursos, bem como a forma correta de utilizá-los.

O professor especialista deve realizar uma avaliação minuciosa sobre as necessidades de cada estudante público alvo da Educação Especial no início do ano letivo, observando a necessidade de introdução de recursos que garantam a acessibilidade e participação plena na aprendizagem, estando em diálogo permanente com a família, professores da classe comum e demais profissionais da escola.

COENSINO

Para uma educação que atenda às necessidades de todos os estudantes e dentre as inúmeras estratégias existentes para eliminar as barreiras da aprendizagem na escola, a colaboração entre professor de classe comum e professor especializado da Educação Especial, torna-se uma ação significativa no processo de inclusão escolar.

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva, em que o professor da classe comum e o professor da Educação Especial, planejam de forma colaborativa, procedimentos, recursos e didática de ensino visando à aprendizagem de estudantes público alvo da Educação Especial da turma. Nesse sentido os professores passam a desenvolver um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar nos grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos.

Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula. O trabalho colaborativo efetivo requer compromisso, apoio mútuo, respeito, flexibilidade e uma partilha dos saberes. Diante dessa situação, cada profissional envolvido pode aprender e beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o maior favorecido sempre será o estudante.

Segundo Mendes (2018), ao se avançar no movimento para uma educação incluída, diversas ações foram sendo implantadas em diferentes países, com a intenção de procurar por melhores estratégias que fossem capazes de promover uma educação incluída de forma efetiva, isto é, não garantindo apenas o acesso de todos os estudantes no Ensino Regular, mas a equidade nas oportunidades de aprendizagem para todos indistintamente.

Com isso, verificou-se que o professor produz melhores práticas docente quando ele não trabalha sozinho, mas em equipes compostas de profissionais com diferentes saberes, porém, com filosofias e objetivos mútuos.



“A perspectiva da escolarização de crianças e jovens com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento nas classes comuns das escolas regulares brasileiras é hoje um imperativo moral e político, dado que a maioria desta parcela da população continua sendo sistematicamente excluída das nossas escolas. A garantia de escolarização nas escolas públicas oferece uma grande oportunidade de universalizar o acesso à educação para essa população. Entretanto, matricular não basta, e é preciso acolher e responder às diferenças dessas crianças e jovens”. (MENDES, pág. 17)

Enquanto os professores permanecerem produzindo práticas de acordo com os seus saberes de forma individualizada, a Educação Especial levará muito mais tempo para que de fato seja uma modalidade que perspassa por todas as demais modalidades de ensino. Apesar das boas intenções e ações desenvolvidas por uma parcela de professores da classe comum e por professores especialistas, ainda corre o risco da escola regular produzir ações ineficazes para a aprendizagem efetiva do estudante público alvo da Educação Especial.

O coensino, ou ensino colaborativo como é citado por alguns autores, tem se mostrado como um dos modelos mais promissores de suportes para a efetiva inclusão escolar. Consiste em um modelo onde o professor da sala comum, atua junto com um professor especializado, que não deve ser entendido como um auxiliar de apoio na sala comum, sua função é muito mais ampla e sua atuação é de parceria com o professor da classe comum.

O modelo de coensino está pautado em uma abordagem social, na qual a escola é que deve ser modificada para que possa ser inclusiva e atender as especificidades de cada estudante.

ATENDIMENTO DOMICILIAR

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001), estabelecem que o atendimento educacional especializado, “pode ocorrer fora do espaço escolar, sendo, nesses casos, certificada a frequência do estudante mediante relatório do professor que o atende” (pág. 51).

Essas Diretrizes classificam o atendimento educacional especializado em duas categorias, a saber:

- Classe hospitalar: serviço destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial.
- Ambiente domiciliar: serviço destinado a viabilizar, mediante atendimento especializado, a educação escolar de estudantes que estejam impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio.

Ambas, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, têm o objetivo de dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de estudantes matriculados em escolas da Educação Básica, que com a oferta de um atendimento especializado, devem contribuir para o retorno do estudante e sua reintegração a vida escolar.

Essa forma de atendimento pode ser oferecida aos estudantes, cujas necessidades educacionais especiais lhes impossibilitem o efetivo desenvolvimento curricular em sala de aula, tendo em vista comprometimentos orgânicos, comportamentais, transtornos mentais, dentre outros, e que possam requerer afastamento do contexto escolar, mediante avaliação de equipe técnica.

O atendimento deve ser acompanhado de avaliação processual e contínua, de modo a restabelecer ou iniciar a prática pedagógica no ambiente escolar o mais breve possível. O atendimento domiciliar é utilizado, também, para beneficiar os estudantes que passam a apresentar dificuldades comportamentais e/ou orgânicas persistentes e de elevada gravidade, que inviabilizam seu atendimento em contexto escolar. É, portanto, um serviço que se constitui por meio de estratégia de adequação

curricular, de flexibilização, de temporalidade, de objetivos, de procedimentos pedagógicos e de espacialidade, com a finalidade de compatibilizar as necessidades do estudante às condições sistêmicas.



“Os objetivos do atendimento em ambiente domiciliar são: dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de estudantes matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar; e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular”. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 2001, p. 52).

A designação do professor para o ambiente domiciliar é realizada pela UAEE. Em casos específicos e que demandem um maior número de atendimentos, poderá ser viabilizado um professor exclusivo para esse atendimento, desde que tal medida seja respaldada pela Unidade Escolar, sendo importante o acompanhamento das atividades de Atendimento Domiciliar feita pela equipe gestora em que o estudante está matriculado.

O atendimento domiciliar deixa de ser necessário no momento em que o estudante se encontrar em condições de retornar à escola. Essa definição fica a cargo da equipe pedagógica, juntamente com a equipe médica, concretizando-se mediante estudo de caso, com a participação de todos os envolvidos.

Seguindo as orientações do Regimento Escolar da Secretaria Municipal da Estância Turística de Salto, o atendimento domiciliar deve ser realizado por professor regente do Ensino Regular ou da Educação Especial, que levará ao domicílio do estudante, as atividades necessárias para a continuidade de seu processo de aprendizagem, respeitando o protocolo a seguir:

- A família deverá requerer o atendimento domiciliar junto a Unidade Escolar, anexando a solicitação médica;
- A Direção da Unidade Escolar deverá informar a UAEE enviando a documentação de requerimento da família junto com a solicitação médica;

- A UAEE deverá analisar a solicitação, designando se necessário, um professor preferencialmente especializado para a realização deste atendimento.

Caso seja evidenciada a necessidade do atendimento domiciliar, e sendo feita pelo professor especializado, o mesmo deverá desenvolver um diálogo contínuo com o professor da classe comum em que esteja matriculado o estudante.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Quando falamos de Educação Especial não podemos deixar de fora o entendimento sobre o que são Adaptações Curriculares. Para que o serviço escolar seja prestado com responsabilidade e qualidade, é necessário que qualquer estudante que apresente necessidades educativas especiais, além de ter garantido o seu acesso ao ensino regular também tenha garantido a sua permanência, apropriação de conhecimento, qualidade de ensino e desenvolvimento, respeitando suas características e necessidades.

O Currículo base que é desenvolvido através das práticas pedagógicas ofertadas pela escola, para alguns não será apropriado se não houver ajustes em seus objetivos, recursos, estratégias, metodologias, temporalidade e formas de avaliação e para que os direitos a aprendizagem sejam garantidos a todos os estudantes, o que denominados de Adaptações Curriculares vem nortear o percurso entre as reais necessidades do estudante e a oferta de ações educacionais específicas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam que Adaptações Curriculares são:

...estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p. 15).

As Adaptações Curriculares, podem ser apresentadas entre dois tipos distintos, sendo, as Adaptações de acessibilidade ao currículo e as Adaptações pedagógicas. Promovemos Adaptações de acessibilidade ao currículo, quando são disponibilizadas eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, nas quais estão incluídas as condições dos espaços físicos, recursos materiais para atender as necessidades específicas das deficiências e serviços com a oferta de profissionais de apoio. Já quando nos referimos as Adaptações pedagógicas compreendemos que são modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação diferenciadas.

Uma Adaptação Curricular realizada de forma ética promove a educação para uma dimensão inclusiva, onde o estudante com necessidades educacionais especiais participa plenamente do contexto da classe comum, ou seja, aprende os mesmos conteúdos que os outros, mesmo que de modos diferentes.

A Adaptação Curricular não pode ser pensada como competência exclusiva a ser desenvolvida pelos professores especialistas, dever ser planejada e estruturada em um trabalho conjunto do professor da classe comum e o professor especializado visando suprir as necessidades educativas dos estudantes que apresentam especificidades em seu desenvolvimento escolar.

De acordo com os PCNs as Adaptações Curriculares estão divididas em duas categorias: Adaptações Curriculares não Significativas ou de Pequeno Porte, que são adaptações que compreendem modificações menores, de competência específica do professor, elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula, nessas adaptações busca-se formas de permitir e promover a participação produtiva dos estudantes que apresentam necessidades especiais no processo de ensino-aprendizagem juntamente com os colegas da mesma turma. E Adaptações Curriculares Significativas ou de Grande Porte, que compreendem as ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc.



Utilizando desse referencial teórico, as Diretrizes da Educação Especial da Estância Turística de Salto, definem que é indispensável à articulação do professor especialista que atua no AEE com o professor da classe comum, mantendo uma próxima relação, visando orientar, capacitar e ofertar modelos de adaptações curriculares para que o estudante público alvo da Educação Especial, receba todo o suporte para a garantia de seu aprendizado. Sendo atribuição do professor especializado, orientar, capacitar e demonstrar como devem ser produzidas as adaptações curriculares, através da oferta e modos de utilização de recursos específicos variados, como Braille, Soroban, recursos ópticos, Comunicação Alternativa e Aumentativa, Tecnologias Assistivas e etc., bem como na produção de atividades adaptadas dos materiais didáticos ofertados pela Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto e nas atividades avaliativas, em consonância com o professor da classe comum.

CLASSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EXCLUSIVA

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) em seu capítulo II prevê a criação, em caráter extraordinário e transitório, de Classes de Educação Especial Exclusiva a estudantes que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização, diferenciadas dos demais estudantes e demandem, ajudas e apoios intensos e contínuos, com a oferta de classes dentro do ensino regular ou no ensino especializado.

E de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (2001), em seu Art. 58 § 1º quando necessário, haverá serviços de apoio no Ensino Regular, para atender as peculiaridades da clientela da Educação Especial, e 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas e serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração na classe comum do Ensino Regular.

O apoio a ser destinado ao estudante é caracterizado em termos de intensidade, sendo classificados em:

- Intermitente: Quando se dá em situações pontuais, por um período curto para o aprendizado;
- Limitado: Reforço em algumas situações por um tempo maior para a consolidação do aprendizado;
- Extensivo: Reforço em um número maior de situações, sendo que algumas poderão necessitar de intervenção ao longo de toda a vida do estudante;

- Pervasivo: Reforço em alta intensidade, em todas as situações de desenvolvimento e ao longo de toda vida do estudante.
- De acordo com as intensidades de apoio, considera benéfico, apenas para o estudante que apresenta necessidades de apoio pervasivo, que participe de uma educação especificamente individualizada, que é ofertada no Ensino Regular através da Classe de Educação Especial Exclusiva.

A Classe de Educação Especial Exclusiva é uma sala de aula com características específicas, em escola de Ensino Regular ou Especial, com docência de um professor especializado, que se utiliza de métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados, e dependendo das necessidades específicas dos estudantes nela matriculados, conta com equipamentos e materiais didáticos específicos, para que os estudantes tenham acesso ao aprendizado e desenvolvimento.



Os estudantes que podem ser encaminhados para a Classe de Educação Especial Exclusiva são: estudantes público alvo da Educação Especial, com necessidades educacionais especiais, que demandam um apoio permanente em todas as atividades essenciais para a manutenção da vida, os que apresentam condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos graves e os que apresentam casos graves de deficiência intelectual ou múltipla, todos com grande defasagem idade/série, dificultando o desenvolvimento do currículo em classe comum.

Não são considerados público para participar dessa classe: estudantes com dificuldades de aprendizagem não vinculadas a uma causa orgânica específica, que demandem uma necessidade de apoio permanente e em todas as áreas de desenvolvimento.

A tomada de decisão para que o estudante possa vir participar da Classe de Educação Especial Exclusiva, advêm da observação da Psicologia Escolar, que em contato constante com os mesmos, desde a Educação Infantil vai verificando as necessidades específicas de cada um e assim, sendo capaz de detectar quais são os estudantes que apresentam necessidades de apoio pervasivo.

O próximo passo, consiste em um diálogo com os responsáveis por esses estudantes, para que seja apresentado o modelo de atendimento ofertado na Classe de Educação Especial Exclusiva. A decisão final é de competência dos responsáveis, sendo respeitada a escolha de permanecer no ensino regular em uma classe comum, caso a família não faça a opção pela Classe de Educação Especial Exclusiva.

O professor especializado deve desenvolver um currículo, que conte com a flexibilidade necessária para sanar as dificuldades dos estudantes, sendo um requisito na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto e desenvolver ações, com embasamento no Currículo Funcional Natural, respeitando a matriz curricular definida no Regimento Escolar para o Ensino Fundamental.

A avaliação deverá ser contínua e com vistas à adequação de recursos e estratégias que possam suprir as necessidades individuais de cada estudante. A partir do desenvolvimento apresentado, a equipe escolar e a interdisciplinar devem; decidir conjuntamente, quanto ao retorno à classe comum ou outros serviços. Considera-se 14 anos a idade máxima para que o estudante permaneça na Classe Educação Especial Exclusiva da Rede Municipal de Ensino em virtude das transformações da puberdade.



CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

Como já mencionado, as Adaptações Curriculares são estratégias específicas, ofertadas pelo sistema educacional com o intuito de estruturar um processo de aprendizagem condizente com as necessidades específicas dos estudantes que apresentam necessidades educacionais, e que apresentam acentuada defasagem no âmbito educacional.

A oferta do Currículo Funcional Natural, se faz essencial para que o processo de ensino-aprendizagem, aqui com o objetivo de desenvolver habilidades funcionais, faça sentido frente à especificidade de cada estudante.

O Currículo Funcional Natural é uma proposta metodológica, voltada para o desenvolvimento de habilidades básicas que proporcionam a independência e a autonomia na prática das ações cotidianas, principalmente para estudantes que apresentam graves limitações cognitivas, sociais e de interação.

As habilidades funcionais são habilidades voltadas para a vida prática, que tenham utilidade para a vida como um todo, tornando qualquer pessoa o mais independente possível, não somente nas atividades de vida diária (AVDs) que envolvem as atividades de alimentação, vestuário, higiene e locomoção, mas sim, toda e qualquer atividade que possa desenvolver com êxito na vida e em seu grupo social.

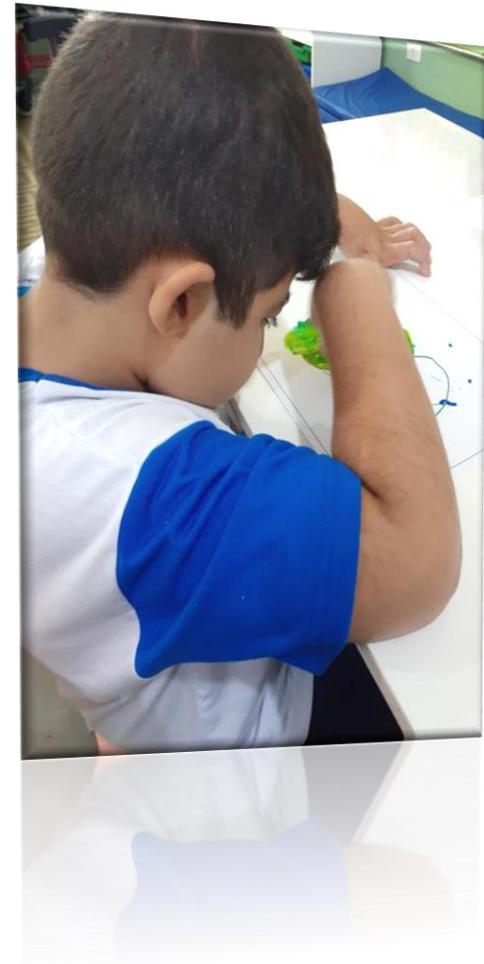


De acordo com Maryse Suplyno (2005), a própria terminologia do Currículo Funcional Natural, já diz muito sobre o que se espera com essa metodologia, sendo que se entende por:

- Currículo: ações metodológicas específicas para o trabalho com estudantes que apresentam grau severo de desenvolvimento global, sendo um currículo específico para cada estudante;
- Funcional: refere-se a maneira como os objetivos são escolhidos para o estudante, sendo que a atuação deve sempre ser prática, vivencial sobre as principais necessidades do mesmo, enfatizando que o que vai aprender tem que fazer sentido para a sua utilização na vida prática;
- Natural: As atividades desenvolvidas necessitam ser práticas, não apenas no espaço escolar, mas em todos os espaços que o estudante esteja, ou seja, na escola, na casa, na sociedade.

Para desenvolver o Currículo Funcional Natural, o professor especializado deve seguir alguns passos em sua elaboração, que são:

- Planejar uma programação individual.
- Objetivar o desenvolvimento de habilidades funcionais que estejam vinculadas à qualidade de vida.



- Promover atividade levando em consideração a idade cronológica.
- Proporcionar a realização das atividades da forma mais natural possível.
- Buscar pela participação efetiva, no processo educacional, de pais e profissionais que atendem o estudante, proporcionando a interdisciplinaridade e o diálogo constante entre todos os envolvidos.

Trabalhar com o Currículo Funcional Natural, implica desenvolver o currículo comum de forma prática, ou seja, o que se pretende desenvolver com o aprendizado de determinada habilidade, não em termos teóricos, mas na utilização prática em sua vida e ao longo de toda vida.

Nesta condição o CFN, pode ser abordado e desenvolvido pelo professor especializado como uma forma complementar do currículo comum, porém, de forma prática e útil para a vida do estudante.

O acompanhamento prevê a articulação do professor especialista com outros profissionais que possam dar suporte às necessidades específicas do estudante. Prevê também a articulação com a família, no sentido de construir as condições propícias ao desenvolvimento e aprendizagem desses, implica na necessidade de avaliação permanente da evolução do estudante.



AÇÕES VIABILIZADORAS DO PROFESSOR NA CLASSE COMUM DE ENSINO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Comum Inclusiva é uma tendência mundial com o objetivo de garantir uma “Escola para Todos”, e conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), “onde cada estudante tenha a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades” (pág. 06). Ressalta que a intenção, é possibilitar uma classe comum que seja um espaço para todos os estudantes.

Nesse sentido não pode haver escola dos diferentes e sim a escola das diferenças, assim o estudante público alvo da Educação Especial não é destinado para uma escola especializada, mas a escola comum se torna especializada em atender a todos, respeitando as diferenças, características e necessidades de cada estudante, seja ele público da Educação Especial ou um estudante típico.

“Para atender a todos e atender melhor, a escola atual tem de mudar, e a tarefa de mudar a escola exige trabalho em muitas frentes. Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para seus problemas. As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico – PPP e vividas a partir de uma gestão escolar democrática” (A escola comum inclusiva, pág. 10).

Assim, pautado nesse pensamento, a Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto, vem estruturando serviços com o engajamento de produzir uma escola que acolha a todos, e vá além de garantir o acesso ao ensino regular, mas que também garanta a permanência e o aprendizado, construindo escolas inclusivas que respeitam



as diferenças, garantem a igualdade de oportunidades para a aprendizagem e a equidade frente às necessidades de cada estudante.

PEI

O PEI (Plano de Ensino Individualizado), é uma possibilidade onde o conteúdo a ser trabalhado, passa por um processo de personalização, considerando o que é relevante para cada estudante.

Na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto, este é um documento que deve ser elaborado pelo professor da classe comum que tem um estudante público alvo a Educação Especial, em qualquer uma das modalidades de ensino (Educação Infantil I, II e III, Ensino Fundamental I e II e EJA).

O PEI, deve reunir os objetivos de aprendizagem (habilidades) e prever estratégias pedagógicas (procedimentos), que favoreça o desenvolvimento e a aprendizagem em consonância com o que está sendo proposto para a turma da qual faz parte.

Porém, não deve se ater apenas as áreas acadêmicas, mas também focar nas habilidades sociais que envolvem desde a comunicação funcional, ao comportamento adequado em cada ambiente, respeitando sempre sua faixa etária e seu comprometimento cognitivo, tendo como base, interesses, possibilidades, conhecimentos do estudante, necessidades e prioridades de aprendizagem (como ensinar, quem vai ensinar e como ensinar).

Para a boa elaboração de um PEI, o professor da classe comum precisa observar alguns aspectos, que são:

- Avaliar e conhecer o nível de desenvolvimento do estudante, tendo clareza das reais necessidades, conhecendo sua história, seus interesses, os conhecimentos sistematizados já adquiridos e suas necessidades imediatas.
- Estabelecer metas para o estudante público alvo da Educação Especial, podendo ser elas de curto, médio e longo prazo.
- Planejamento bimestral, em documento específico para essa ação.

SEMANÁRIO

O Semanário é uma ferramenta para uso do professor, serve como um guia para as ações que irá desenvolver. Neste documento, encontra-se um campo específico para que sejam registradas todas as atividades que serão desenvolvidas com o estudante público alvo da Educação Especial durante a semana, sendo o registro anterior a ação.

ORIENTAÇÕES PARA AS AVALIAÇÕES, NOTAS E APROVAÇÃO DOS ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A avaliação é um instrumento de reflexão do professor, ela também deve ser aplicada aos estudantes, para constatar o nível de desenvolvimento e assim lançar mãos de novas intervenções, com o objetivo de ampliar a aprendizagem.

A Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto, estabelece alguns critérios para que o estudante possa receber uma avaliação pautada nas suas reais condições, isso não significa facilitar o conteúdo a ser avaliado, a ponto de que não haja desafios a serem superados.

Todo estudante público alvo da Educação Especial, tem o direito de receber uma avaliação adaptada, desde que seja necessária.

As avaliações adaptadas devem ser personalizadas para o estudante, mantendo o mesmo conteúdo abordado aos demais estudantes, assim sendo, não faz sentido utilizar avaliações de outros anos na tentativa de facilitar.

Apoiado nesse pensamento a Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto estabeleceu alguns critérios a saber:

1º - Terão direito às avaliações adaptadas, todos os estudantes que possuem laudos que os caracterizam como Público Alvo da Educação Especial: Deficiência Intelectual, Deficiência Visual, Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Surdocegueira, Deficiência Múltipla, Transtorno Global do Desenvolvimento/Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância e Altas Habilidades/Superdotação).

2º - O estudante deverá realizar a avaliação no mesmo período de aplicação aos demais estudantes.

3º - O Professor, de acordo com o PEI (Plano de Ensino Individualizado), deverá elaborar uma avaliação com os conteúdos trabalhados com o estudante durante o bimestre, que podem ser:

- Utilizar a avaliação da SEME, sem a necessidade de adaptações.
- Utilizar a avaliação da SEME, do ano escolar do estudante, adequando algumas questões no nível de aprendizagem do mesmo.
- Avaliações descritivas, na qual o Professor registra os conteúdos trabalhados durante o bimestre, as atividades desenvolvidas com o estudante e faz um relatório reflexivo dos avanços verificados (de acordo com o modelo da SEME).

A nota bimestral do estudante público alvo da Educação Especial, deverá ser referente às habilidades e competências propostas para o ano escolar que está cursando, caso não apresente desenvolvimento satisfatório, fará jus a retomada dos conteúdos propostos com estratégias diferenciadas.

A promoção do estudante público alvo da Educação Especial dar-se-á a princípio, pela consolidação das habilidades previstas para o ano escolar que está cursando.

Caso o estudante público alvo da Educação Especial, não consolidar as habilidades para o ano que está cursando, será necessária a análise e apreciação do Conselho de Ensino Aprendizagem para decidir por sua retenção ou aprovação.



EQUIPE DE APOIO AO PROCESSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

PROFISSIONAL DE APOIO/ PROFESSOR AUXILIAR/ ESTAGIÁRIO

De acordo com a Lei nº 12.764/2012 profissional de apoio é aquele que oferece apoio ao estudante em situação de deficiência nas atividades de alimentação, higiene, locomoção, interação social e comunicação, em todos os níveis e modalidades de ensino, nas instituições públicas e privadas. Fica conferido ao profissional de apoio as atividades ligadas ao cuidado e autonomia, não cabendo, portanto, ao profissional, as atividades de cunho pedagógico, estando este, estritamente sob responsabilidade do docente da classe comum, assim, não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais nem se responsabilizar pelo ensino do estudante.

Esse profissional sempre deve atuar de forma articulada com os professores que atuam com o estudante e receber as orientações desses, para que atue de forma adequada, com ética e profissionalismo. Sua atuação pode ser desenvolvida no espaço da classe comum, também como nos demais espaços da escola, ou em atividades fora do espaço escolar, quando planejadas para a classe em que o estudante está inserido.

É essencial que esse profissional, utilize seu apoio para facilitar a plena participação do estudante no espaço escolar, contribuindo para seu aprendizado acadêmico, funcional e estimulando sua independência e autonomia.

Não é todo estudante público alvo da Educação Especial que necessita de um auxiliar de apoio, esse profissional deve ser ofertado, quando se verifica que apesar do desenvolvimento de ações inclusivas, o estudante ainda requer de um suporte para estar em real condição de igualdade com os demais.



Quando a Unidade Escolar verificar a necessidade desse apoio, deve preencher o Termo de Solicitação de Profissional de Apoio, descrevendo as necessidades apresentadas pelo estudante e justificar as ações que serão desenvolvidas pelo profissional de apoio. Deve anexar à documentação, cópias de laudos, relatórios, avaliações, etc., e encaminhar para a UAEE, para que seja analisada e autorizada a necessidade desse suporte.

A demanda de um profissional de apoio, se justifica quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

INTÉRPRETE DE LIBRAS

O intérprete de Libras, é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país, e que é qualificado para desempenhar a função. Ele deve ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação e possuir formação específica na área.

O intérprete de Libras, tem a função de ser o canal comunicativo entre o estudante surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor. Essa atividade exige estratégias mentais para transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação total do estudante em todos os espaços da escola.

Quanto a sua postura, o intérprete deve se conscientizar de que ele não é o professor, limitando-se as funções comunicativas de sua área.

INTÉRPRETE DE BRAILLE

O intérprete de Braille, é o profissional que assegura que o processo de ensino/aprendizagem ocorra de forma efetiva, através da utilização de linguagem em códigos. Desenvolve suas atividades em sala de aula, proporcionando ao estudante com deficiência visual, o domínio do alfabeto Braille, da datilografia, bem como dos recursos de informática.



SERVIÇOS DE APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALTO

UAEE

A Unidade de Atendimento Educacional Especializado é composta por equipe interdisciplinar, formada por Fonoaudiologia, Psicologia Clínica, Psicologia Educacional, Psicopedagogia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Tem como ponto de referência, intervenções específicas de cada área aos estudantes que estão matriculados na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto e/ou seus responsáveis.

PSICOLOGIA ESCOLAR

Em 2005, a SEME contava com o Serviço de Saúde Escolar que na época dispunha de 03 psicólogas, uma atuando na Educação Infantil I, e as outras duas cedidas pela Secretaria da Saúde, atuavam na Educação Infantil II e III e no Ensino Fundamental.

No ano de 2006, o quadro foi reduzido a duas psicólogas que assumiram todas as Unidades Escolares municipais. A Saúde Escolar nesse período contava com uma professora especialista itinerante que prestava auxílio pedagógico nas escolas.

Em 2007, foi realizado o primeiro concurso específico para o cargo de Psicólogo Escolar, vindo compor a equipe mais um profissional da área.

Ainda em 2007, o Serviço de Saúde Escolar se juntou ao Projeto de Educação Inclusiva, que passou a se chamar Núcleo de Educação Inclusiva, sendo formado pela Psicologia Escolar, Professores itinerantes e Professores especialistas para o desenvolvimento do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Em 2009, o Núcleo de Educação Inclusiva foi denominado de UAEE (Unidade de Atendimento Educacional Especializado), através da lei nº 2.981 de 02 de dezembro de 2009, ficando conhecido como CEMAEE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado).

No ano de 2011, a profissional ao cargo de Psicóloga Escolar permanece e junta-se ao serviço mais 03 profissionais concursados para esse cargo, totalizando 04 profissionais, o que se mantém até o momento.

Atua imprescindivelmente no espaço escolar, em diferentes Unidades Escolares, conforme divisão de profissionais.

Público a que se destina o serviço de psicologia escolar:

Estudantes, Professores, Coordenação Pedagógica, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, Funcionários das Unidades Escolares, Pais e/ou Responsáveis dos estudantes que estão matriculados na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto.

Acesso ao serviço:

Quando o professor detecta alguma dificuldade no processo de aprendizado do estudante, onde já tenha lançado de estratégias para solucionar as questões e a mesmas demonstram grau de complexidade; junto com a Coordenação Pedagógica encaminha o caso para a Psicologia Escolar. As dificuldades em que a Psicologia Escolar atua envolvem dificuldades, comportamentais, emocionais, deficiências e problemas de saúde, onde se faz necessário buscar um apoio para avaliar a situação de forma integral, visando direcionar todo o apoio que o estudante necessita.

O professor solicita a Coordenação Pedagógica, o apoio da Psicologia Escolar e este profissional vai até a escola, ouve o relato do professor, observa o estudante e quando necessário interage com o mesmo, depois juntos (professor e psicólogo escolar) discutem novas estratégias e encaminhamentos necessários para que o estudante tenha condições de ter um desenvolvimento escolar adequado de acordo com as suas necessidades e especificidades.

Quando necessário os responsáveis são chamados para receberem as orientações e encaminhamentos pertinentes ao caso.



A gestão escolar pode solicitar a atuação do Psicólogo Escolar sempre que surgir problemas que interfiram na sala de aula ou em outros ambientes da escola.

Ações do serviço:

- ✓ Apoio e orientação aos estudantes e professores em relação às problemáticas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, assim como, orientação e suporte emocional nas relações interpessoais que acontecem dentro do ambiente escolar;
- ✓ Apoio e orientação a Gestão Escolar das Unidades Escolares;
- ✓ Apoio e orientação para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular, contribuindo para adaptação curricular, a acessibilidade do ambiente e a socialização dos mesmos em parceria com os professores especialistas que atuam na SRM;
- ✓ Orientação aos funcionários das Unidades Escolares sobre como lidar de maneira adequada com os estudantes com deficiência e/ou com estudantes com problemas comportamentais e de saúde;
- ✓ Realização de projetos dentro do ambiente escolar em parceria com os professores e equipe de gestão com diferentes temas que englobam a prevenção do abuso infantil, bullying, violência, competências socioemocionais e combate ao preconceito e discriminação entre outros;
- ✓ Trabalhos e projetos diversos em conjunto com a equipe interdisciplinar da UAEE para desenvolver as habilidades básicas necessárias para o bom desenvolvimento escolar e humano dos estudantes;
- ✓ Orientação, capacitação e acompanhamento dos funcionários que atuam como auxiliares de apoio junto ao estudante com necessidades educativas especiais;
- ✓ Orientação e apoio aos pais e/ou responsáveis dos estudantes que estejam apresentando dificuldades comportamentais, emocionais e de saúde que podem interferir no processo de desenvolvimento da aprendizagem;
- ✓ Orientação e capacitação dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil que atuam na Educação Infantil, em relação aos aspectos que envolvem o desenvolvimento infantil nesta fase;

- ✓ Avaliação e encaminhamento de estudantes que necessitam de tratamento médico e terapêutico, ou quando necessitam do Serviço Social da UAEE ou de programas de apoio disponíveis na cidade;
- ✓ Escuta psicológica e encaminhamento de profissionais das Unidades Escolares quando necessitam de apoio médico e/ou psicológico, nestes casos atuando em parceria com a Direção Escolar;
- ✓ Realiza levantamento e encaminhamento para cadastro de estudantes com deficiência na SED (Secretaria Escolar Digital).

Tempo de acompanhamento:

O tempo destinado para o acompanhamento varia de acordo com a necessidade de cada caso.

Nos casos de baixa complexidade onde uma orientação ou encaminhamento específico se mostra suficiente, considera-se como caso encerrado após as devolutivas e encaminhamentos serem realizadas. Podendo ser solicitado novo apoio se surgirem novas demandas ou necessidades.

Em casos de média complexidade, o caso requer acompanhamento ao longo de algumas semanas ou meses.

Nos casos de grande complexidade o acompanhamento poderá se dar por um ou mais anos letivos.

E em casos de altíssima complexidade o acompanhamento ocorre desde a Educação Infantil I até o término do Ensino Fundamental.

PSICOPEDAGOGIA

O serviço de atendimento psicopedagógico da Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto foi criado em 2010, através de concurso público, com o objetivo de ofertar atendimento psicopedagógico clínico aos estudantes com dificuldades de aprendizagem matriculados no Ensino Fundamental das Unidades Escolares (CEMUS).

O atendimento psicopedagógico começou a ser moldado após estudos para a atuação no âmbito escolar, levantamento da demanda e compra de materiais específicos da área, sendo que em 2011 e 2012, o foco foi a realização de avaliações Psicopedagógicas e encaminhamentos para outros profissionais visando possíveis diagnósticos clínicos.

Os horários de atendimentos para as Avaliações Psicopedagógicas com os estudantes, eram realizados no horário de contraturno, na própria Unidade Escolar em sala destinada para esta finalidade. Com o passar do tempo, foi observado que além da Avaliação Psicopedagógica, era necessário realizar intervenções psicopedagógicas, assim como orientar o professor da sala na qual o estudante estava inserido, traçando ações pertinentes para a melhora de suas dificuldades.

Público a que se destina o serviço de psicopedagogia:

Atuar no segmento escolar do Ensino Fundamental I, da Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto através do atendimento Clínico Psicopedagógico de estudantes com queixas de dificuldade de aprendizagem, e/ou com laudo de Transtorno de Aprendizagem (TDAH, Dislexia, DPAC, Discalculia, Disortografia, Transtorno de Linguagem na Aprendizagem, TANV).

Acesso ao serviço:

Através da observação do estudante em sala de aula, o professor identificando a dificuldade que vem apresentando, e portanto, a necessidade de atendimento psicopedagógico, preenche um protocolo de encaminhamento e entrega para equipe gestora que posteriormente encaminha para o profissional responsável pelo CEMUS.

O agendamento é feito pelo Psicopedagogo através de bilhete enviado aos responsáveis via agenda do estudante, para que os mesmos compareçam na Unidade Escolar para a anamnese (esclarecer alguns aspectos de vida da criança), autorização e ciência do trabalho que será desenvolvido com o estudante.

Descrição dos critérios de prioridade para os atendimentos:

- ✓ Estudantes do 1º ano a partir do 2º semestre, com desempenho escolar muito abaixo do esperado para idade;
- ✓ Estudantes do 2º ano, após a Sondagem Inicial, aplicada na escola pela professora, que apresentam dificuldades relevantes no processo de ensino aprendizagem;
- ✓ Estudantes do 3º ano, com atraso no processo de alfabetização;
- ✓ Sempre no início do ano letivo, os estudantes que já estavam em Intervenção Psicopedagógica no ano anterior, devem aguardar chamada após esse processo de avaliação.

Ações desse serviço:

- ✓ Escuta direta ao professor/ ou equipe gestora, em relação às dificuldades apresentadas pelo respectivo estudante, após recebimento de protocolo de encaminhamento entregue pela equipe gestora;
- ✓ Convocação e atendimento aos responsáveis do estudante, para anamnese e orientação sobre as suas dificuldades escolares;
- ✓ Observar estudantes em sala de aula, como instrumento de compilação de dados da ação profissional;
- ✓ Triagem Psicopedagógica dos estudantes encaminhados, para verificar evidência de possível transtorno de aprendizagem e necessidade de encaminhamento para outros profissionais;
- ✓ Avaliação (investigação das possíveis causas da dificuldade) e Intervenção Psicopedagógica de estudantes que apresentam evidências de transtorno de aprendizagem ou laudo fechado;
- ✓ Devolutiva para famílias para esclarecimentos dos aspectos observados, dar orientações e encaminhamentos necessários (para verificação de laudo, quando pertinente), a outros profissionais, para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem como, Fonoaudióloga e Terapia Ocupacional;
- ✓ Orientação para equipe gestora, visando aumentar as possibilidades de aprendizagem deste estudante;
- ✓ Elaboração de intervenções individualizadas na modalidade de ensino presencial, aos estudantes que apresentarem laudo médico (diagnóstico fechado) junto a equipe escolar, a fim de facilitar o processo de ensino/ aprendizagem, despertar a autoestima, recuperando e desenvolvendo suas potencialidades nos aspectos cognitivos, afetivo, emocional e conteúdos acadêmicos;
- ✓ Elaboração de relatórios para equipe gestora escolar ao término da Avaliação/ Intervenção, ou conforme as necessidades das



Unidades Escolares;

- ✓ Elaboração de relatórios para especialistas, quando solicitado pelo profissional, a fim de auxiliar o fechamento do laudo médico.

Tempo de acompanhamento:

Dependendo da dificuldade ou transtorno apresentado pelo estudante, e das terapias que este necessita, concomitante as sessões Psicopedagógicas, muitas vezes o mesmo necessita de um tempo maior para atingir os objetivos. A partir do momento que ele atinge os objetivos traçados, ou desenvolvimento pedagógico, o mesmo receberá “Alta”, ou então quando finaliza o seu processo escolar do Ensino Fundamental I.

SERVIÇO SOCIAL

Para que não houvesse personificação do Serviço Social, optou-se por não vincular nenhuma técnica especificamente a cada Unidade Escolar. Nesse sentido, as três técnicas atuam em todas as Unidades Escolares a partir do momento em que são acionadas. O único critério é o da permanência da mesma técnica, em relação ao estudante e sua família em que já se iniciou um acompanhamento/atendimento, seguindo inclusive critérios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

A implantação do Serviço Social na área da Educação no Município, se deu no final do primeiro semestre de 2017. Para viabilizar essa implantação, buscou-se embasamento teórico metodológico, técnico operativo e ético-político, no que se refere ao Serviço Social na Educação, sendo definido pela gestão da Educação que os profissionais seriam alocados na UAEE, inseridos na Equipe Interdisciplinar.



Diante disso, buscou-se estabelecer parceria para troca de saberes com o município de Limeira, que possui uma equipe bastante numerosa de assistente sociais atuando na área de Educação há tempos. Foram realizadas visitas técnicas àquele município, para estabelecer parâmetros e assim traçar planos de trabalho.

Buscou-se apropriar de bibliografias específicas que tratavam do tema do Serviço Social na Educação, dentre elas, Professor Doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida, Professora Doutora Eliana Bolorino C. Martins e Professor Doutor Carlos Felipe Nunes Moreira, Professor Doutor Gaudêncio Frigotto, e claro, o documento intitulado Subsídios para o Serviço Social na Educação, elaborado pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselho regional de Serviço Social- CFESS-CRESS (2012). No entanto, sem desconsiderar que o Serviço Social não pode ser fragmentado, portanto, não há um Serviço Social “escolar”, ou de qualquer outra área, assim, todo arcabouço teórico, acumulado ao longo de todos esses anos de construção do Serviço Social, era essencial para balizar a atuação nesse campo sociocupacional.

Dessa forma, se elaborou um plano de trabalho elencando os objetivos do Serviço Social, em consonância com o Projeto Ético Político Profissional, e que serviu como um norte, necessitando ser revisto constantemente, considerando a dinâmica social e da própria trajetória do Serviço Social nesta área.

Esse plano foi apresentado e tendo sido aprovado pela gestão, implantou-se o Serviço Social na Educação, iniciando por reuniões de apresentação do Serviço Social para os Gestores Escolares, buscando delimitar esta área de atuação, para que não se confundisse com a Política de Assistência Social.

Atuando especificamente em questões no âmbito familiar e social que ameacem, impeçam ou dificultem a efetivação do DIREITO À EDUCAÇÃO: Todos os tipos de privações, violências, negligências, dificuldades de acesso à outras políticas sociais. Não se restringindo ao âmbito individual, mas objetivando ações coletivas que impactem no processo pedagógico.

Público a quem se destina os serviços prestados:

O Serviço Social tem como público alvo, a comunidade escolar, assim considerados: estudantes e seus familiares, trabalhadores da educação que atuam nas respectivas Unidades Escolares, comunidade local do território e rede intersetorial.

Como se acessa essa área no serviço:

O acesso ao Serviço Social, se dá pessoalmente durante as visitas técnicas dos assistentes sociais às Unidades Escolares, por e-mail corporativo ao Serviço Social – servicosocialcemaee.educa@gmail.com e ainda por telefone da UAEE, para as situações emergenciais.

Ações dessa área:

Na política de educação, o trabalho do assistente social é particularizado por 04 (quatro) principais pilares⁵: a garantia do acesso, a garantia da permanência, a garantia do padrão de qualidade e a garantia da gestão democrática. As intervenções possuem a perspectiva de contribuir para essas “garantias”, como um direito social, humano, reclamável e que contribui para a efetivação da cidadania. O assistente social, diante da demanda apontada poderá definir os instrumentos e técnicas que deverá utilizar (considerando ser este, apenas uma dimensão do Serviço Social, ou seja, a dimensão técnica operativa⁶) de caráter individual ou coletivo, dentre eles: visita domiciliar, estudo social, entrevista, reunião, atendimento individual, atendimento grupal, palestras e formações, informação ou documentação (elaboração de relatórios/registros) e encaminhamento.

As ações realizadas para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem são:

- ✓ Intermediar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos as políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- ✓ Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- ✓ Garantir a qualidade de serviços do estudante infanto-juvenil, de modo a garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito;
- ✓ Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;

⁵ Produção do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. 2012, p. 37-49.

⁶ Para esclarecimento o Serviço Social possui outras 02 (duas) dimensões que dão direção ao trabalho, são elas: teórico-metodológica e ético-política.

- ✓ Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- ✓ Atuar juntos as famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais;
- ✓ Contribuir na formação continuada de profissionais da Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto;
- ✓ Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- ✓ Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, em como participar de espaços coletivos de decisões;
- ✓ Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação.

Acompanhamento e encerramento:

O acompanhamento ocorre quando observamos que o estudante e sua família demandam respostas a questões pertinentes ao escopo da educação/escola, orientações, articulações com a rede intersetorial e importantes interlocuções com a equipe multidisciplinar da educação, professores e gestores (direção, supervisão e coordenações).

Neste processo, não utilizamos a terminologia “alta”, mas há o encerramento, a finalização da demanda para a qual fomos requisitadas. No entanto, a família atendida sempre poderá procurar os técnicos para novas solicitações.

Vale ressaltar que é trabalhado com a família o seu direito e acesso aos serviços ofertados pelo Estado, com caráter protetivo e emancipatório, para a possibilidade de sua autonomia.

EQUIPE TERAPÊUTICA

Quando iniciou o serviço na Educação:

No segundo semestre de 2014, foi criada a equipe de atendimento clínico pela gestão vigente do ano e deu-se início aos atendimentos.

Público a quem se destina os serviços prestados:

São atendidos estudantes que estejam matriculadas na Rede Municipal de Ensino da Estância Turística de Salto, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano), que sejam estudantes público alvo da Educação Especial, ou seja, o atendimento é priorizado aos estudantes que possuem alguma necessidade especial com laudo ou em processo de investigação.

- Estudantes com deficiência;
- Transtornos globais do desenvolvimento;
- Altas Habilidades/Superdotação.

Em casos excepcionais e de acordo com a disponibilidade de vagas, estudantes sem laudo ou perfil de público alvo da Educação Especial, também podem receber os atendimentos clínicos ofertados na UAEE.

Como se acessa esse serviço:

De acordo com a avaliação realizada pela Psicóloga Escolar que transita pelas Unidades Escolares, sendo que a mesma realiza o encaminhamento para equipe interdisciplinar através de um protocolo, o qual contém algumas informações sobre o estudante para realização da triagem/anamnese com à família/responsável para que a equipe avalie qual intervenção será ofertada, ou mesmo realizar novos encaminhamento caso seja necessário.

Vale ressaltar que, caso o estudante já esteja passando por atendimento em outra instituição, a família terá que optar por apenas um local para os atendimentos terapêuticos.

Ações desse serviço:

Embora cada profissional atenda às necessidades específicas de cada estudante dentro da sua área de atuação, a equipe trabalha com um objetivo geral, que é o favorecimento da inclusão escolar; para minimizar os déficits, para um melhor desenvolvimento de suas habilidades sociais, cognitivas e psicológicas.

Acompanhamento e “alta” nesse serviço:

O acompanhamento com cada estudante é feito semanalmente. São agendadas reuniões com os pais conforme a necessidade de alguma intervenção pontual a respeito do caso.

Entretanto, todo final de semestre, agenda-se uma reunião com os pais/responsável, para discutir a evolução do caso.

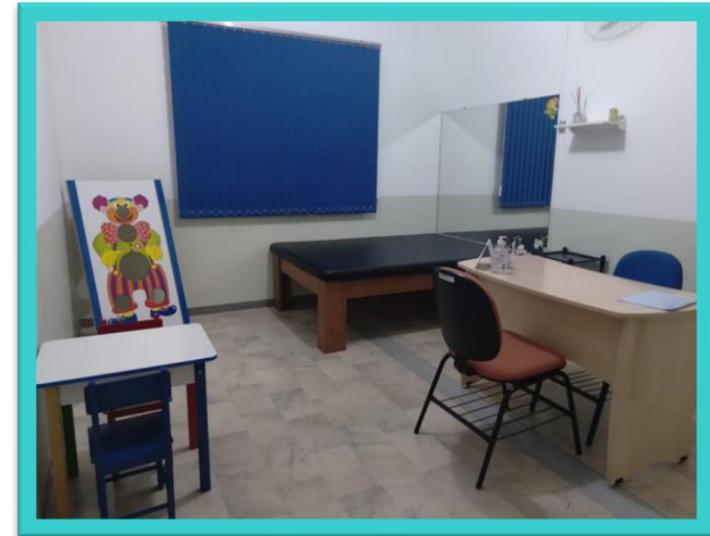
Em relação a alta, depende de cada caso, uma vez que muitas deficiências e transtornos exigem um acompanhamento interventivo por um período mais longo.

Porém, quando os estudantes saem do Ensino Fundamental I ou II (5ºano e 9º ano) e são transferidos para as escolas da Rede Estadual, neste momento, é realizado o desligamento dos atendimentos, com aviso prévio para os pais/responsáveis.

FONAUDIOLOGIA

Tem a função de avaliar, prevenir e tratar distúrbios como atraso da linguagem, trocas de sons na fala e de letras na escrita, gagueira, distúrbios de aprendizagem e problemas relacionados à sucção, deglutição, mastigação e respiração.

Realiza orientação específica da área em espaço escolar conforme necessidade.



PSICÓLOGIA CLÍNICA

Realiza avaliação psicológica conduzindo deste modo, a elaboração de psicodiagnósticos diferenciados. Desenvolve acompanhamento psicológico com estratégias de intervenção para diminuir e avaliar determinados comportamentos e sofrimentos.



TERAPEUTA OCUPACIONAL



Realiza avaliação, tratamento e habilitação dos estudantes com disfunção física, mental, de desenvolvimento e social.

Analisa o desenvolvimento das habilidades motoras e de processamento no ambiente escolar, proporcionando ao estudante o seu máximo nível de funcionalidade e de independência.

Realiza orientação específica da área em espaço escolar conforme necessidade.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

1988 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1996 - LDBEN 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira.

1999 - Decreto 3.298/1999 - Regulamenta a lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

2001 - CNE/CEB nº /2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

2004 - Decreto 5.296/2004 - Regulamenta a Lei nº 10.048/00 que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.

2008 - PNEEPEI - Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

2009 - CNE/CEB nº 04/2009 - Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado.

2009 - Diretrizes Operacionais da Educação Especial na Educação Básica

2009 - Lei Municipal 2.981/2009 - Criação da Unidade de Atendimento Educacional Especializado.

2011 - Decreto federal 7.611/2011 - Dispõe sobre a Educação Especial e o atendimento educacional especializado.

2012 - Lei 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

2015 - Lei 13.146/2015 - LBI - Lei Brasileira da Inclusão.

SIGLAS

AAIDD - American Association on intellectual and Developmental Disabilities (Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento)

AAMR - American Association on Mental Retardation (Associação Americana de Retardo Mental)

AEE - Atendimento Educacional Especializado

A.V.D.s - Atividades de vida diária

CAA - Comunicação Alternativa e Aumentativa

CEMUS - Centro de Educação Municipal de Salto

CFN - Currículo Funcional Natural

CNE - Conselho Nacional de Educação

D.A.- Deficiência Auditiva

dB - Decibel

D.F. - Deficiência Física

D.I. - Deficiência Intelectual

D.V. - Deficiência Visual

DPAC - Distúrbio do Processamento Auditivo Central

DSM-V - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição

LDBEN - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

PAEE - Plano de Atendimento Educacional Especializado

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEI - Plano de Ensino Individualizado

SEME - Secretária Municipal da Educação

SIAED -

SRM - Sala de Recursos Multifuncionais

T.A. - Tecnologia Assistiva

T.A.N.V - Transtorno de Aprendizagem não Verbal

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

T.E.A. - Transtorno do Espectro Autista

U.A.E.E. Unidade de Atendimento Educacional Especializado

IMAGENS

ÁRVORE

<https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSXIZzAKFuKAKIly7kxuWu2FF8ZvJVykcBOWg&usqp=CAU>

DESENHO CRIANÇAS

https://eliskanocanada.files.wordpress.com/2017/05/a090b9433ed68b6f9fa46c232519c790_children-graphic-kids-with-special-needs-clipart_1600-488.jpeg?w=1400

MÃOS

<https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.cleanpng.com%2Fpng-unity-in-diversity-multiculturalism-child-cultural-870659%2Fpreview.html&psig=AOvVaw172z2AJUx5Qvdaw9-jobUD&ust=1606515062678000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCJDC75Gdoe0CFQAAAAAdAAAAABAI>

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fbr.pinterest.com%2Fpin%2F414964553166266137%2F&psig=AOvVaw0sTde0Us_c_xMsijp3bhrv&ust=1606515243763000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCPia4uCdoe0CFQAAAAAdAAAAABAD

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FDefici%25C3%25Ancia_auditiva&psig=AOvVaw089puotplEmxyyBAYt0aSA&ust=1606515361004000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCLDv9pieoe0CFQAAAAAdAAAAABAD

DEFICIÊNCIA VISUAL

https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fcentroauditivoviver.com.br%2Fblog%2Fsimbolos-de-acessibilidade-entenda-a-funcao-de-cada-um%2F&psig=AOvVaw39ohdxIZYLNhHZz9Tia_1r&ust=1606516053232000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCPDQnOSgoe0CFQAAAAAdAAAAABAD

SURDOCEGUEIRA

https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.prefeitura.sp.gov.br%2Fcidade%2Fsecretarias%2Fpessoa_com_deficiencia%2Fa_imprensa%2Findex.php%3Fp%3D262211&psig=AOvVaw1X71HhPL94EKShraGnBMS8&ust=1606516099012000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCMCt7vigoe0CFQAAAAAdAAAAABAD

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

<https://www.google.com.br/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Funilab.edu.br%2Fnoticias%2F2015%2F09%2F29%2Finstituto-de-ciencias-da-saude-e-proppg-realizam-apresentacao-sobre-a-pesquisa-pessoa-com-deficiencia-estudo-da-acessibilidade-fisica-e-de-comunicacao-as-unidades-de-saude%2F&psig=AOvVaw3yvYk2NHxlvIMYehfmZmXr&ust=1606516176118000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCLCdkZ6hoe0CFQAAAAAdAAAAABAD>

DEFICIÊNCIA FÍSICA

https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.acessoisencoes.com.br%2FIsencao-para-deficiente.html&psig=AOvVaw0Bp_AhBVxx9HpbPnE4TSwL&ust=1606516218239000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCLDD8rGhoe0CFQAAAAAdAAAAABAD

TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO

https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FFita_quebra-cabe%25C3%25A7as&psig=AOvVaw1KqZOwDNDgDqPlkb5m2VBs&ust=1606516295482000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCNCRntahoe0CFQAAAAAdAAAAABAD

ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

<https://www.google.com.br/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww3.unicentro.br%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F28%2F2018%2F01%2FOFICINAS-MATEM%25C3%2581TICAS-PARA-ALUNOS-COM-ALTAS-HABILIDADES-SUPERDOTA%25C3%2587%25C3%2583O-RELATO-DE-EXPERI%25C3%258ANCIAS.pdf&psig=AOvVaw1-6KcvrSvpTIHTqB3k2cTR&ust=1606516336446000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCOid9u6hoe0CFQAAAAAdAAAAABAD>

AEE

<https://www.google.com.br/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Fespacodomquixote.blogspot.com%2F2014%2F06%2Fae-atendimento-educacional.html&psig=AOvVaw39P9A6DC8QoXbUNikUVdo5&ust=1606516410742000&source=images&cd=vfe&ved=0CAIQjRxqFwoTCOiloI2ioe0CFQAAAAAdAAAAABAD>

AGRADECIMENTOS

Ressaltamos aqui os nossos sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização da construção das Diretrizes da Educação Especial do Município de Salto:

Secretária Municipal da Educação da Prefeitura da Estância Turística de Salto,
Prof.^a Fernanda Cristina Almeida Barbutto;

Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal da Educação,
Prof.^a Eliana Aparecida Martins de Medeiros;

Diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação,
Prof.^a Marília de Arruda Marcom Conral;

Equipe do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação;

Equipes Gestoras das Unidades dos Centros Educacionais Municipais de Salto - CEMUS;

Professores da Rede Municipal de Educação, os quais participaram da análise do documento, expressando ideias e opiniões;

Conselho Municipal de Educação, o qual apreciou o documento e emitiu parecer favorável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, D.F., 1988.

BRASIL, **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, Brasília, 2009.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Brasília, 1996. Portal da SEESP – secretaria da Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: gov.br/mec

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva cartilha 5. Adaptações Curriculares de Grande Porte**. Elaboração Maria Salete Fábio Aranha. Brasília, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Educação Infantil. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Dificuldades acentuadas de aprendizagem. Brasília, 2006.

MENDES, E. G; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como Apoio à Inclusão Escolar: Unindo Esforços entre Educação Comum e Especial**. São Carlos: UFSCAR, 2018.

RODRIGUES, Leandro. **Como Adaptar Atividades para Alunos com Deficiência: Aprenda a identificar as necessidades do seu aluno e adaptar atividades**. 1ª ed. Teresópolis: Instituto Itard, 2019.

ROPOLI, Edilene Aparecida et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, 2010.

SILUK, Ana Claudia Pavão (org.). **Atendimento Educacional Especializado: Contribuições para a Prática Pedagógica**. 1 ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação – CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SUPLINO, Maryse. **Currículo Funcional Natural**. Guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Brasília, 2005.